

O Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita (Tiplam), unidade da VLI no Porto de Santos, iniciará, hoje, a fase de testes operacionais de seu novo pátio de enxofre. A ocasião será marcada por uma cerimônia reunindo empresários e autoridades do setor.

portomar@atribuna.com.br

# Porto & Mar

## Padilha defende concessão da dragagem do Porto de Santos

Para ministro-chefe da Casa Civil, ideia é que a iniciativa privada assuma a gestão das profundidades do canal

LEOPOLDO FIGUEIREDO  
ENVIADO ESPECIAL A BRASÍLIA

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, defendeu a privatização dos serviços de dragagem nos portos brasileiros e quer começar a testar esse novo modelo em Santos. A ideia é que a iniciativa privada assuma a gestão da manutenção da profundidade dos acessos aquaviários aos complexos marítimos e, também, a sinalização e o balizamento das vias de navegação, serviços que, atualmente, são uma responsabilidade do poder público, no caso, as autoridades portuárias.

A proposta foi debatida por Padilha na manhã de ontem, no Palácio do Planalto, em Brasília, durante reunião com empresários e autoridades do Porto de Santos que integram o comitê organizador do seminário Santos Export.

Segundo Padilha, o modelo será estudado pelo Governo e, se aprovado, adotado em Santos, escolhido por sua importância como principal porto do Brasil, responsável por mais de 30% da balança comercial. Na sequência, essa solução será levada aos demais complexos marítimos.

A proposta prevê o repasse, pelo Governo, da gestão da dragagem dos portos à iniciativa privada, que ficaria responsável por manter a profundidade das vias de navegação, bacias de evolução e berços de atracação em dimensões pré-determinadas. Nesse cenário, o poder público fiscalizaria o serviço, verificando se as metas estabelecidas es-



Reunião integra os preparativos da próxima edição do Santos Export, que será realizado em setembro

tão sendo atingidas. "O Estado tem que sair desse negócio. Essa é a tendência. Apoio essa ideia há uns 20 anos (quando foi ministro dos Transportes, no governo Fernando Henrique Cardoso). É a melhor forma de garantirmos boas condições de acesso aos portos", destacou o titular da Casa Civil.

Eliseu Padilha explicou que sua equipe irá trabalhar nesse modelo e pediu que os empresários apresentem sugestões pa-

ra formatar essa nova gestão. O convite foi aceito de imediato pelos participantes da reunião. Segundo o CEO da Brasil Terminal Portuário (BTP), Antonio Passaro, os empresários do Porto de Santos já elaboraram uma proposta e vão enviá-la nos próximos dias.

O plano de privatizar a dragagem foi apresentado pelo ministro após críticas dos empresários do setor e autoridades da região à atual situação

do serviço, feitas durante a reunião. A questão foi destacada pelos deputados Beto Mansur (PRB-SP) e João Paulo Tavares Papa (PSDB-SP), pelo prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), pelo presidente do Centro Nacional de Navegação (Centronave, entidade que reúne as armadoras em atuação no País), Cláudio Loureiro, e pelo diretor da Associação Comercial de Santos Márcio Calves.

### Santos Export

A reunião com o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, integra os preparativos da próxima edição do Santos Export - Fórum Internacional para a Expansão do Porto de Santos. O encontro foi marcado para que empresários e autoridades que participam do comitê organizador do evento pudessem debater os desafios do complexo marítimo santista com o representante do Governo Federal. Um dos mais tradicionais fóruns do setor no País, o Santos Export 2016 será realizado em 12 e 13 de setembro, na cidade. O fórum é organizado pelo Grupo Tribuna e pela Una Marketing de Eventos. Na reunião de ontem, estavam presentes o diretor-presidente de A Tribuna, Marcos Santini, o diretor da Una Fabrício Julião, representantes da Associação Brasileira de Terminais de Líquidos (ABTL), da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), da Associação Comercial de Santos (ACS), do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), do Centro Nacional de Navegação (Centronave), da Brasil Terminal Portuário, da Libra Terminais, do Grupo Rodrimar, da Santos Brasil e da Ultracargo, além dos deputados Beto Mansur (PRB-SP), João Paulo Papa (PSDB-SP), o presidente da Codesp, Alex Oliva, o prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa, e o secretário de Desenvolvimento Econômico e Portuário de Guarujá, Cláudio Fernando dos Santos.

Eles lembraram que a manutenção da profundidade do canal de navegação do Porto, no trecho que vai da Ponta da Praia até a Alemeia, está parada desde fevereiro. Com isso, os sedimentos depositados naturalmente no leito do estuário (trazidos pelos rios da região) começaram a se acumular. Como consequência, áreas de manobras para navios tiveram sua profundidade reduzida em 90 cm, berços de atracação perderam de 40 a 30 cm e o calado operacional dos navios (a profundidade máxima que eles podem atingir, calculada a partir da profundidade do estuário) diminuiu de 13,2 para 12,7 metros na região que vai de Outeirinhos até a Alemeia.

### PREJUÍZO

Loureiro enfatizou os impactos da perda da profundidade para as operações do Porto e a própria economia brasileira. "A cada um metro que se perde, 500 mil contêineres deixam de ser movimentados (ao ano). O Porto (parte terrestre) está estruturado para receber essas cargas, os terminais investiram milhões, mas não se pode operar plenamente devido à falta de dragagem. Isso é perda de produtividade. Resolver a questão da dragagem, adotar uma solução definitiva, que garanta o serviço sem a necessidade de intervenções pontuais, é absolutamente urgente", declarou.

Para remediar essa situação e recuperar provisoriamente as condições de navegação do Porto, a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) aprovou um aditivo ao contrato da dragagem de manutenção do trecho que vai da Ponta da Praia até a Barra, firmado com a Van Oord Operações Portuárias. Com esse novo texto, a empresa de engenharia assumiu o serviço na parte do estuário que estava sem o serviço. As obras, emergenciais, devem ser iniciadas nos próximos dias.

## Recursos para Hospital dos Estivadores

O prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa, aproveitou a reunião com o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e pediu seu apoio para garantir o repasse de R\$ 15 milhões do Ministério da Saúde para o Hospital dos Estivadores, que está quase concluído. Padilha se comprometeu a levar a questão a seu colega, o ministro Ricardo Barros (PP). Segundo Barbosa, esses recursos, junto com os R\$ 11 milhões que serão enviados pelo governador Geraldo Alckmin,

são necessários para garantir o funcionamento do hospital até o final do ano. "Esses R\$ 26 milhões são o que precisamos para manter o Hospital até 31 de dezembro de 2016. Depois, com sua habilitação ao SUS (Sistema Único de Saúde), os pagamentos que virão vão garantir metade do necessário para seu custeio. A outra metade virá do Estado. Assim, teremos condições de administrá-lo", explicou o chefe do Executivo.

## Autoridades elogiam proposta

A proposta de privatizar a dragagem de manutenção foi elogiada por empresários e autoridades do Porto de Santos presentes à reunião. Segundo o presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Alex Oliva, "ouvir isso foi música para os meus ouvidos. Essa é uma solução que estudávamos desde os anos 90 e, agora, o Governo vai retomar esse estudo".

Oliva defende que o serviço privatizado será realizado com base em metas de profundidade, a serem mantidas pela iniciativa privada. E como a operação envolve custos em dólar, ele considera prudente fazer contratos de curta duração, de dois anos, por exemplo. "Assim, ele pode sempre ser readequado".

O presidente da Docas também destacou o compromisso do ministro de tratar do pedido de mudança no marco regulatório e do projeto dos novos acessos ao Porto, "o que é essencial para o complexo san-

### Articulação

"Os empresários do Porto têm suas propostas. Temos nossas ideias. Só queremos saber com quem conversar. E o ministro nos atendeu nesse sentido. O Governo vai tratar dessas questões. Nesse sentido, foi uma reunião altamente produtiva"

Beto Mansur, deputado federal

tista e para a própria região".

O prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa, apontou a importância de se rever pontos do marco regulatório, especialmente os que resultaram na centralização da gestão portuária em Brasília. "Essa medida vai na contramão do que ocorre nos principais portos do mundo, que privilegiam a tomada de decisões de modo regional. Essa centralização tem

um impacto sensível no setor e acaba dificultando o desenvolvimento do Porto. É por isso que, em Santos, a dragagem está parada e as obras de novos acessos ao cais na Entrada da Cidade não avançaram".

O deputado federal João Paulo Tavares Papa destacou que as medidas debatidas na reunião de ontem acabam impactando todos o setor portuário. "Discutimos questões de Santos, mas que tem reflexos nos portos do País. O grupo passou uma mensagem clara ao Governo sobre quais são os principais obstáculos (enfrentados pelo segmento) e que estão dispostos a ajudar na indicação de soluções", lembrou.

"Os empresários do Porto têm suas propostas. Temos nossas ideias. Só queremos saber com quem conversar. E o ministro nos atendeu nesse sentido. O Governo vai tratar dessas questões. Nesse sentido, foi uma reunião altamente produtiva", destacou o deputado federal Beto Mansur.

## Comitê cobra medidas para setor

### Reivindicações

Além das questões envolvendo a dragagem do Porto de Santos, empresários e autoridades chamaram a atenção do ministro-chefe da Casa Civil para a necessidade de investimentos nos acessos rodoviários ao complexo. Pedidos de revisão na Lei dos Portos (nº 12.815, de 2013) também foram apresentados.

verno Federal na implantação dos novos acessos a Santos e à Margem Direita do Porto (que fica na Cidade). O prefeito Paulo Alexandre Barbosa lembrou que, em outubro de 2013, um acordo foi firmado entre a Prefeitura, o Governo do Estado e a Secretaria de Portos para realizar o empreendimento.

Os dois primeiros avançaram em seus trabalhos - as obras sob a responsabilidade da Cidade já começaram e as que ficaram com o Estado devem ter início no próximo semestre. Mas o Governo Federal ainda nem elaborou os projetos de suas intervenções, destacou o chefe do Executivo. "Da parte da União, não houve nenhum avanço", disse.

A falta de investimentos nos acessos à Margem Esquerda do complexo portuário, em Guarujá, também foi citada pelo secretário de Desenvolvimento Econômico e Portuário do município, Cláudio Fernan-

do de Aguiar. "A primeira etapa das obras de acesso (da Avenida Perimetral da Margem Esquerda) foi realizada. Mas não houve continuidade. O projeto já está pronto, mas não foi executado", afirmou.

Padilha garantiu que também irá apurar o andamento dos dois projetos viários com o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

O grupo ainda apontou a necessidade de o Governo Federal rever a atual Lei dos Portos (nº 12.815, de 2013), que "desorganizou pontos do sistema portuário que estavam indo muito bem", afirmou o deputado federal João Paulo Papa. Para o parlamentar, a lei foi "desastrosa" e "centralizou a tomada de decisões em Brasília e enfraqueceu as autoridades portuárias, repassando parte de suas atribuições para a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). Hoje, executam mais um trabalho de zeladoria".

O deputado federal Beto Mansur disse ao ministro Eliseu Padilha que o grupo tem propostas para melhorar o marco regulatório, pedindo ao Governo um canal de comunicação para tratar da questão. O titular da Casa Civil explicou que esse assunto será tratado pelo futuro titular da Secretaria de Portos, que será recriado como um departamento do Ministério dos Transportes. Mas pediu que o grupo enviasse suas propostas, para que o Governo as analise.